



## **PARQUE ESTADUAL JOSÉ LUTZENBERGER: Um museu a céu aberto**

**BASSA, LUANA G.**

Museu Três Torres. Rua Kalil Sehbe, 5, Torres - RS, 95560-000

luanabass@hotmail.com

### **RESUMO**

Este artigo é parte de um estudo que tem como objetivo de pesquisa o Parque Estadual José Lutzenberger, localizado no município de Torres no litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul. O mesmo faz uma reflexão a respeito das transformações da paisagem natural e cultural como forma de representação da identidade local, se amparando na legislação atual referente aos conceitos de preservação e valorização do patrimônio e da paisagem e a relação deste espaço com a gênese de uma instituição museológica.

**Palavras-chave:** Museu, Museologia, Patrimônio, Paisagem.

“A instituição de memória deve ser essencialmente um livre convite à memória social constituída pelo acúmulo de vontades da memória coletiva. É um convite ao público de hoje como ao de amanhã, é um convite para a prática de uma memória da sociedade em um lugar social”.

Gérard Namer

O local escolhido para ser objeto de pesquisa é o Parque Estadual José Lutzenberger, que está localizado no município de Torres no Estado do Rio Grande do Sul. A cidade recebeu esse nome em alusão as falésias de origem vulcânica formadas há milhões de anos que afloram à beira mar. São três grandes formações rochosas, o Morro do Farol – torre norte, o Morro das Furnas – torre do centro e o Morro da Guarita – torre sul. Este último citado, encontra-se dentro do parque referido.

De cima desses morros é possível avistar uma paisagem composta por vários elementos, o Rio Mampituba, que faz fronteira geográfica com o Estado de Santa Catarina, a Lagoa do Violão no centro da cidade, o cordão de dunas com sua importância para o equilíbrio da região costeira, o Parque Estadual da Itapeva, unidade de conservação vizinha do Parque da Guarita, a Serra Geral, a riqueza da fauna e flora da Mata Atlântida, a Ilha dos Lobos que ressalta a linha do horizonte, as falésias junto a orla marinha compõem um conjunto de belezas naturais singular.

A região litorânea de Torres tem sido habitada pelo homem há milhares de anos, coletores, pescadores, caçadores de períodos distintos passaram ou fixaram-se por esta região, deixando vestígios de suas atividades. Os sambaquis, considerados sítios arqueológicos, são montes formados do acúmulo de conchas, onde recorrentemente são encontrados utensílios, ferramentas, urnas funerárias que evidenciam estas informações de valor histórico cultural da região.

A cidade está localizada em uma posição geográfica que favorece o trânsito humano, vista como rota de deslocamento desde os tempos mais remotos até os dias atuais. Com a chegada dos portugueses, onde era considerado território espanhol pelo Tratado de Tordesilhas. Os caminhos naturais que os indígenas haviam aberto, como as picadas, serviram de estradas para que os bandeirantes e tropeiros passassem durante anos de exploração da região, como posto de pedágio para os que cruzavam por ali, como fortaleza, como mirantes em cima dos morros.

O início do povoamento se deu por volta de 1810, segundo Ruschel nessa época “o sítio das Torres não passava de um deserto cheio de matagal e banhados(...) Onças rondavam

a Guarita, jacarés tomavam sol nas margens da Lagoa do Violão. ” Aos poucos, construções pioneiras foram aparecendo, como a igreja matriz e algumas casas de construções simples.

No começo do século XIX, o naturalista francês, Auguste de Saint-Hilaire começou por Torres a narração de sua viagem ao Rio Grande do Sul, no seu diário de campo onde descreve a paisagem litorânea de Torres.

“TORRES, segunda-feira, 4 de junho de 1820. – Sempre areia e mar. Enquanto nos dias anteriores só avistávamos uma praia esbranquiçada que se confundia com o céu na linha do horizonte, hoje, ao me nos, deparamos dois montes de nominados Torres, por que realmente avançam mar adentro, como duas torres arredondadas.”



Figura 1: A praia da Guarita, 1852 de Herrmann Rudolf Wendroth



Figura 2: Pintura de Debret, início do século XIX

Este início da cidade tinha o nome de São Domingos das Torres. Em 1890, através do decreto estadual nº 62 a alteração toponímica municipal foi alterada para Torres.

Em 1892 a ideia de construir um porto em Torres foi colocada em prática, para isso houve a retirada de pedras de uma das torres através de explosões que deixaram marcas na paisagem até hoje. O projeto foi interrompido, não sendo concluído, tendo apenas 50 metros de um molhe construído e a partir desse fato, o porto foi transferido para Rio Grande, no sul do Estado.

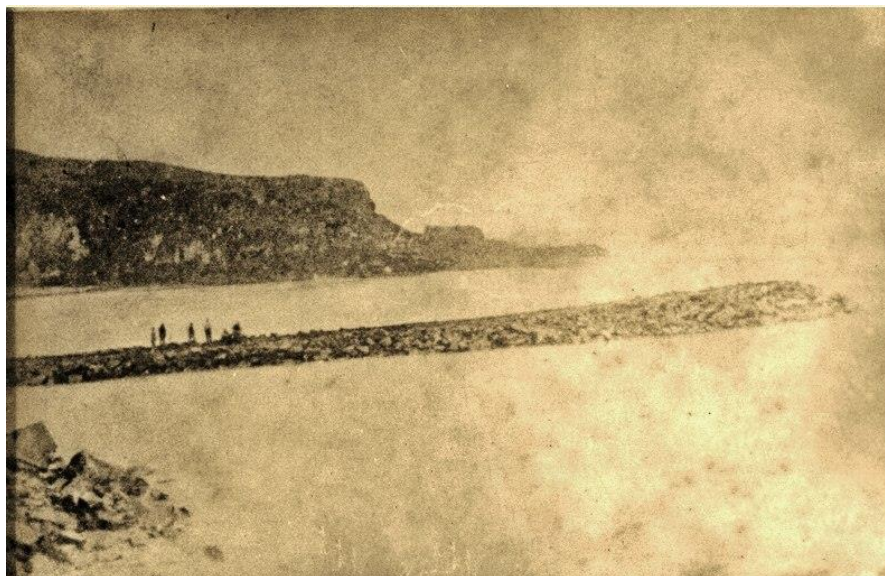


Figura 3: Molhe da Guarita, construção do porto, 1892.

A interrupção dos projetos de construção de um porto e de uma ferrovia resultaram em atraso sócioeconômico e cultural da região, a solução para tal veio de outra parte quase casualmente: o turismo.

A partir da década de 1920 a cidade de Torres, assim como outros balneários passaram a ser procurados devido a indicação médica de um tratamento conhecido como balneoterapia, que consistia em tomar banhos de mar. Com o novo hábito, aos poucos, a estrutura da cidade foi se modificando. Linhas de ônibus passaram a operar entre as principais cidades em direção ao litoral, bem como o início do investimento na área de hotelaria e lazer.

Este fato promoveu o desenvolvimento do turismo nas regiões litorâneas nos meses de verão, caracterizando inicialmente como um turismo sazonal. A cidade de Torres, devido as belezas naturais, tem atraído um expressivo número de visitantes fomentando a economia local. Entre as belezas citadas encontra-se o Parque Estadual José Lutzenberger, objeto de estudo desta pesquisa. Considera-se o turismo um fator importante no planejamento

das atividades do parque, sendo necessário considerar a paisagem a serviço do desenvolvimento local de maneira sustentável.

Na década de 50 iniciaram os investimentos neste local atentando para a preservação e valorização da área natural, por tratar-se de um conjunto paisagístico formado da orla marítima, a riqueza da fauna e flora e pelas falésias. Essas formações rochosas são oriundas do derramamento de lava vulcânica e datam de aproximadamente 200 ou 180 milhões de anos. Acredita-se que durante a pangeia, esta área era unida à região onde hoje fica a cidade de Entedeka, na Namíbia, no continente africano.

Na torre da Guarita pode-se observar as diferentes rochas desta formação geológica. A parte inferior é composta pelo arenito rosado da formação Botucatu e a superior de blocos de basalto da Formação Serra Geral. Encontram-se já bem desgastados e esculpidos pela ação do mar e do vento provocando modificações naturais da paisagem.



Figura 4: Torre da Guarita, arenito e basalto em destaque, 2014

No início da década de 70 o Parque Estadual José Lutzenberger recebeu maior atenção e investimento buscando adequá-lo para fins turísticos. Nesta ocasião foi feito um projeto por Burle Marx, que não chegou a ser executado, além de outros investimentos no local. Ainda nesta década a participação de José Lutzenberger nos projetos e execução foi de grande relevância determinando os moldes paisagísticos que ainda resistem.



Figura 5: Vista aérea, década de 70.



Figura 6: Vista aérea, 2000

Em 1996, a administração do parque anteriormente realizada pelo estado do Rio Grande do Sul passa a ser municipal através de uma concessão de uso. Em 2003 o Parque Estadual da Guarita presta homenagem ao ambientalista, passando a ser chamado de Parque Estadual José Lutzenberger. Muitos fatos importantes da cidade tiveram esta paisagem como cenário, como por exemplo, campeonatos de surf, set de filmagem para produções audiovisuais, shows, feiras, festival de balonismo entre outros.

Situado no parque existe um prédio que foi construído na década de 70 para ser um restaurante. No ano de 2004 sofreu danos na estrutura com o Ciclone Catarina e posteriormente foi reformado pelo poder público para abrigar um museu de ciências naturais, porém devido à descontinuidade das administrações municipais não saiu do

papel. Encontra-se em boas condições devido à recente reforma, permanecendo desocupado. Este prédio está circunscrito em um local que apresenta forte potencial museológico devido aos aspectos históricos, ecológicos, geomorfológicos permitindo que o mesmo sirva de espaço que salvguarde acervos relacionados a estes assuntos e dialogue com o espaço do parque.

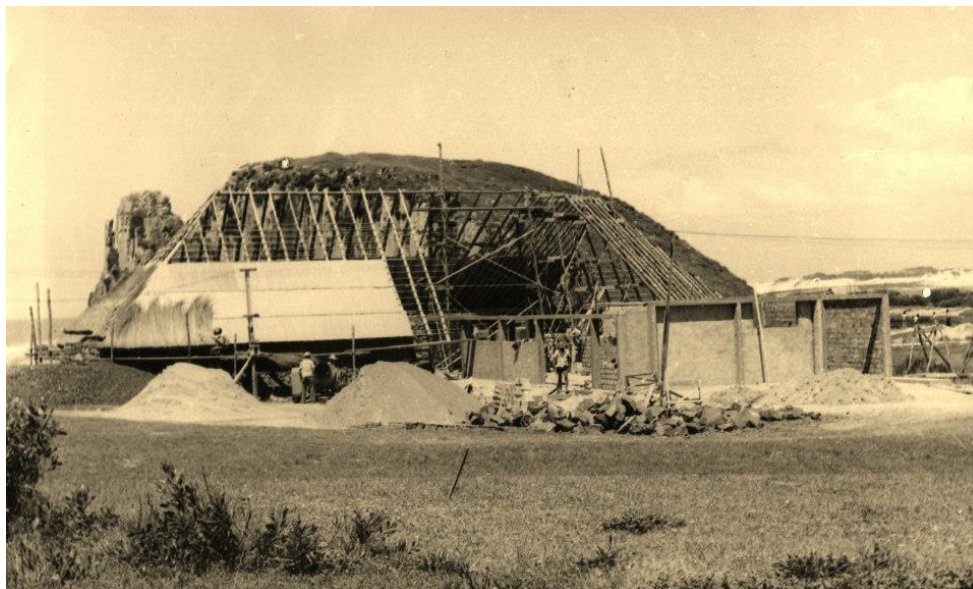


Figura 7: Construção do restaurante, década de 70



Figura 8: Prédio reformado, 2014.

As discussões atuais da museologia, paisagem e patrimônio têm potencial intercultural nesse estudo.

Para o conceito de museus, existem diversas fontes que descrevem o que são, sua importância, bem como suas responsabilidades. De acordo com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, “Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.”

Pode-se então aferir que estas instituições exercem um papel relevante para o desenvolvimento histórico, sociocultural, econômico e ambiental da região que se inserem, traz à tona questões relacionadas ao direito à cidadania, de forma a garantirem locais dedicados à memória social, às diversidades culturais, à valorização, preservação e o respeito à diferentes manifestações históricas, sociais, culturais, ambientais e a salvaguarda dos bens patrimoniais.

Os museus são locais que desempenham diversas funções sociais diretamente ligadas à conservação, pesquisa, comunicação de coleções/acervos dos mais variados valores e tipologias, em prol da sociedade e de seu desenvolvimento. Pode-se ainda ressaltar que os museus vêm se desenvolvendo como instituições sociais ao longo dos anos. Assim como a humanidade vem se modificando, estes locais são reflexos das demandas que cada geração elege como necessárias.

Um projeto atual, de implementação museológica, deve atentar para as novas concepções que o meio museológico vem apresentando, a inclusão de novas formas de pensar, discutir e fazer museologia. A preocupação com a função social que os museus desempenham é uma das premissas que perpassa por diversos estudos e áreas, tornando o objeto museu, algo que demanda uma inter e multidisciplinaridade, envolvendo profissionais dedicados a diversas áreas.

Em face às alterações que as práticas museológicas e seus conceitos vêm sofrendo, desde o final do século XX até então, as ações voltadas à valorização e sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado vêm sendo discutidas. Segundo Jeudy, 1990 *“São os modos de pensar, de fazer e de falar, além dos objetos e edifícios, que tornam objetos de uma investigação museológica.”*

Em 1972 a Mesa Redonda de Santiago do Chile ficou internacionalmente reconhecida por atualizar o conceito de museu frente às necessidades da sociedade



contemporânea. Assim muda-se o discurso do museu tradicional, abrindo para novas discussões referentes as formas de comunicação dessas instituições museológicas. Os territórios e as comunidade nas quais os museus estão inseridos passam a ter expressividade na construção museal.

Neste mesmo ano acontece em Paris, a Convenção da UNESCO sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural onde fica registrado a definição de conceitos e ainda outros fatores como a proteção, os investimentos, o reconhecimento, recomendações e programas educativos.

O conceito de patrimônio é subdividido por categorias e critérios, sendo *natural*, *cultural* ou *misto*. O conceito de paisagem cultural é entendido como “obras conjuntas do homem e a natureza”, e ilustram a evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, condicionados pelas limitações e/ou pelas oportunidades físicas que apresenta seu entorno natural e pelas sucessivas forças culturais, sociais e econômicas tanto externa como interna. (IPHAN, 2008.)

No Brasil, no ano de 2009, conforme a portaria do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nº 127, foi criada a chancela de Paisagem Cultural como instrumento de preservação, valorização, gestão e planejamento do patrimônio cultural nacional.

A chancela é uma maneira de reconhecer o valor cultural de determinada área representativa na interação entre o homem e o meio ambiente. Criando um instrumento que atenda o interesse público e garanta a preservação do espaço como suporte de memória e identidade cultural brasileira. O poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada compõem uma gestão compartilhada na qual se responsabilizam em manter as características que fizeram esta área ser considerada uma paisagem chancelada e assim poder usufruir deste título. Para tal, é desenvolvido um Plano de Gestão onde devem constar planos de ação, voltados a preservação dos valores reconhecidos.

Este instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro é uma forma de atualizar as definições e as maneiras de proteção, já existente, na Constituição Federal de 1988;

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços

destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O conceito de museu integrado apresentado na Carta de Santiago do Chile de 1972, dialoga com o de paisagem cultural, adotado pela UNESCO em 1992 na Convenção Europeia da Paisagem, uma vez que permite superar a dicotomia entre o patrimônio material e imaterial, entre o natural e o cultural, compreendendo-os como um conjunto no qual os seus diferentes conceitos e significados se articulam de maneira dinâmica.

A Carta de Siena de 2014 é um dos documentos chave para esta reflexão, por tratar destes assuntos compreendendo o momento social atual. A aproximação destes conceitos com os interesses da comunidade bem como a participação da mesma nas discussões de preservação, valorização da paisagem e do patrimônio local poderá proporcionar que aconteçam trocas de saberes e fazeres resultando em ações que contemplem as demandas.

“Trata-se de uma vocação potencial, pois está entravada por insuficiência de recursos econômicos e humanos e imposições do contexto legislativo, ao ponto que ela acaba por se tornar mesmo estranha a cultura dos operadores. Para desenvolver esta vocação, é necessário que por toda parte onde as condições se reúnam os museus se tornem não apenas centros territoriais de proteção, mas também centros de interpretação do território” (Carta de Siena, 2014)

Os museus e as paisagens culturais foram tema da Semana de Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus, deste ano vigente, o que reforça a relevância da atualização desses conceitos e suas interações.

Para este estudo, levou-se em consideração o potencial do Parque Estadual José Lutzenberger para o projeto da instalação de um museu no local, uma vez que as discussões atuais estão enfatizando a relação da paisagem cultural com os museus e os benefícios que estas dinâmicas promovem.

Desta forma, o prédio que está localizado no parque citado, apresenta condições favoráveis e corresponde o desejo por locais de preservação memória, arte, cultura, identidade, história e outros fatores que representam a comunidade local.

Já existe um documento formalizando o destino deste espaço acima citado para sediar um museu, porém como dito antes, devido as discontinuidades de gestão de governo foi impedido que este projeto tenha sido realizado.

A população local se mostra interessada em saber o destino deste espaço, uma vez que algumas atividades culturais já foram realizadas lá, porém não foi planejado e executado um calendário com cronograma regular e sistemático para que se torne uma referência cultural pertencente a comunidade.

Cada vez mais estas relações de preservação, memória, identidade vem sendo debatidas e levadas em consideração ao desenvolvimento local. Da mesma forma, que os poucos investimentos continuam sendo inadequados para que o que foi escrito em instrumentos do jurídico, do legislativo e do executivo sejam levadas a cabo.

Portanto existe um hiato entre o que é dito e o que é feito, que enfraquece o discurso e prejudica ações de preservação e valorização, inviabilizando assim que os museus desempenhem suas devidas funções sociais.

As discussões de paisagem, patrimônio e museologia, são mais antigas que os conceitos. Práticas muito antigas serviram de inspiração para o estudo nessas áreas. Existem muitos documentos e momentos marcantes para estas discussões em todos os cantos do mundo. Suas noções se diferem muitas vezes justamente por questões locais influenciarem nos modos de pensar e fazer.

O presente estudo não tem a pretensão de indicar o Parque Estadual José Lutzenbeger para o reconhecimento de paisagem chancelada, porém se ampara nas necessidades e demandas atuais, baseada nas recentes discussões das diversas áreas relacionadas.

Esta pesquisa busca levantar elementos para que o parque e a instituição museal possam se comunicar e que ambos comuniquem com o público, sendo um espaço que ultrapasse janelas e portas.

Neste caso a relação ultrapassa qualquer objeto exposto. A dimensão natural do parque e sua paisagem como cenário remonta memórias de acontecimentos relevantes para a história da cidade. Os elementos geográficos do parque passam a servir de suporte para o discurso expográfico do museu, sendo o próprio parque um museu a céu aberto.

Compreendendo as relações que a paisagem em torno do museu exerce como forma de complementação das atividades desenvolvidas pela instituição, este estudo bem como a fundamentação para a realização do projeto visa trazer à tona maneiras de colocar em prática os pilares destas tendências.

A região é rica pela diversidade paisagística, pelos aspectos ambientais e culturais, sendo o turismo uma das atividades mais exploradas. A cidade de Torres vem

apresentando um expoente crescimento, tanto por residentes quanto por veranistas, resultando em um maior fluxo de pessoas e conseqüentemente maior demanda por atrativos.

Devido a este fato, avalia-se a importância deste projeto que visa construir e agregar aspectos que sirvam como base para planejar e colocar em prática soluções para melhorias em relação à instituição museológica no município, podendo Torres ter e ser um lugar que ofereça espaços culturais propícios para a preservação do patrimônio e fruição, sediando locais adequados que possam contribuir ainda mais para o desenvolvimento da região, voltados para a comunidade local e turista.

O município reserva locais considerados potenciais sob o ponto de vista histórico sociocultural e ambiental. Um olhar atento a essas questões aponta para o pouco investimento nestas áreas, sendo assim, essencial o planejamento de ações pontuais que resultem em espaços com atividades educativas voltadas para este fim. Os museus são locais que apresentam desempenho favorável nestes quesitos, podendo oferecer diversas atividades relacionadas à salvaguarda, pesquisa e comunicação destes patrimônios, contemplando as demandas e carências apresentadas.

Atualmente, com cerca de 350 hectares de área, o parque, objeto deste estudo é de uma singularidade e representatividade que se torna símbolo da cidade. Sua dimensão, portanto, é imensurável, ultrapassando as fronteiras geográficas uma vez que se torna parte da memória social, da identidade local e de admiradores sazonais.

O projeto da implementação de um espaço museológico compõe este cenário e, por tratar-se de uma pesquisa onde os conceitos de paisagem, patrimônio e museologia são pilares, o valor simbólico espacial que exerce na identidade e na memória local não se limita a metragem do parque, uma vez que este torna-se suporte imagético

O parque parece ser pouco explorado, no sentido de expor aos visitantes, informações de forma insuficiente. Seria de grande valor o investimento em materiais que informassem o visitante sobre as diversas histórias, fauna e flora, dimensões geográficas, e outros fatores relevantes a serem apresentados.

Para isso, faz-se necessária a produção de materiais educativos e informativos, em formato de placas, folders, serviço de visitas guiadas para que o visitante tenha acesso a informações complementares do parque, tornando assim, a visita educativa de fato, acrescentando a experiência da admiração da paisagem.

É de grande valia que as escolas locais também possam ter acesso a materiais didáticos que apresentem informações sobre os pontos turísticos da cidade para que se tornem multiplicadores culturais da região e possam formar o senso crítico no sentido de preservação e valorização do patrimônio local.

As ideias da Nova Museologia podem servir de base para serem apresentadas e discutidas com o poder público a fim de colocar em prática alguns conceitos operacionais que possam servir para melhorias no projeto de construção deste espaço.

As memórias que este local evoca são para diferentes pessoas, diferentes experiências. A paisagem do parque remete e remonta relatos pessoais e suas ligações com o parque. Atividades esportivas, pesqueiras, culturais são realizadas neste espaço reunindo moradores e turistas para compartilhar desta paisagem através de diferentes olhares, percepções do espaço, histórias e memórias. Segundo Jeudy, 1990;

“A memória só pode instaurar-se como atividade permanente da representação da própria gênese dos patrimônios. Daí a necessidade expressa por muitas políticas culturais no sentido de sempre fazer referência à etnologia que prepara e controla implicitamente as encenações das memórias coletivas”

Deve-se levar em consideração as relações que os grupos sociais estabelecem com a natureza e assim o reconhecimento do patrimônio natural e cultural uma vez que, segundo Urtizberea,

“A este respecto abogamos para que lo cultural y lo natural no se consideren elementos independientes, sino unidades interrelacionadas, partícipes de un sistema biocultural complejo.”(...) “sosteniendo que los espacios naturales protegidos son, más allá de sus valores naturales *naturalizados*, instancias políticas y de gestión – a saber, culturales–, en las que entran en juego los intereses de los diferentes actores vinculados, directa o indirectamente, con dichos espacios.”

É de interesse desta pesquisa perceber a relação deste local com fatos relevantes da cidade e das pessoas que o visitam. Nesta paisagem está imbricado uma série de questões relativas ao patrimônio natural, arqueológico, cultural, histórico servindo de referência de um local de memória.

Este espaço apresenta potencial pela própria paisagem natural e cultural onde está situado. É um local privilegiado por apresentar além de suas belezas naturais situar-se em local de fácil acesso, atraindo um fluxo considerável de pessoas.

Este estudo e a elaboração do projeto de implementação de uma instituição museológica na região surgiu a partir das evidências da carência da região por ações concretas na área da preservação e comunicação de bens culturais, atendendo às diversas demandas da comunidade.

A cidade carece de locais onde se possa ancorar a identidade torrense e que conte a história do município, fortalecendo os laços indentitários com a cidade. A construção de um museu em meio a natureza merece atenção uma vez que valorizará ainda mais o espaço, já frequentado e admirado, tendo a responsabilidade de fazer o local crescer de forma ordenada e sustentável.

É importante fazer constar em instrumentos de gerenciamento urbano, como o plano diretor, ressalvas referentes a salvaguarda destes espaços, traçando um ordenamento do crescimento da cidade e ainda firmando compromissos com questões referentes a valorização e preservação destes espaços.

O alento está em perceber a demanda da comunidade por novas iniciativas por parte dos gestores públicos que valorizem as discussões acerca desses temas atuais. Percebe-se também a expectativa da comunidade local e veranista em poder contar com locais de fruição, fomento e mediação cultural.

Que o espírito museológico, segundo Jeudy 1990, possa *“ir bem longe na educação do olhar e determinar para a maioria a expressão do conhecimento sensível. Pode tornar-se a fonte inesgotável de uma estética da existência, determinando todos os modelos de percepção e de relação com as coisas inanimadas ou vivas.”*

## REFERÊNCIAS

ARRIETA URTIZBEREA, Iñaki (2011). [e-Book] Legitimaciones sociales de las políticas patrimoniales y museísticas. Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.

JEUDY, Henri-Pierre. Memórias do social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

RUSCHEL, Dr. Ruy Rubem. TORRES ORIGENS. Ed. Gazeta. Torres. 1995.

VARINE-BOHAN, H. - Museus e Desenvolvimento Local: um balanço crítico. In: Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento: São Cristóvão, Museu de Arqueologia de Xingó, 2008.

– A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972 : para saber o essencial. \_\_ Brasília, DF : Iphan, 2008.

Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009

Carta de Siena, 2014.